

O avesso e o patriarcado em contos de João Guimarães Rosa

Lucas Simonette¹

Resumo

A comunicação visa expor parte da pesquisa de mestrado ainda em desenvolvimento. A pesquisa investiga o tema do patriarcado em contos escolhidos de João Guimarães Rosa, procurando observar, em última instância, se há e como ocorre certo esboço de um retrato do Brasil. Para tanto, a análise parte do objeto literário a fim de verificar de que modo a matéria social comparece por meio da estrutura. Nesse sentido, o estudo pretende aclarar as implicações formais da presença do patriarcado em três contos: “A volta do marido pródigo”, *Sagarana*; “Nada e a nossa condição”, *Primeiras Estórias*; e “Esses Lopes”, *Tutameia*. No primeiro conto, a história do ladino Lalino Salãthiel é urdida no chamado movimento pendular, o que exprime tanto sua índole embusteira quanto a dinâmica do coronelismo histórico. A ambiência marcada pelas estruturas arcaicas do mandonismo local demanda sujeitos à margem, tal qual malandros. É, pois, esse quadro, marcado pela veleidade das relações, que o autor confere uma forma peculiar. No que tange à segunda narrativa, o viés analítico recai sobre o halo milenarista em torno do patriarcado em decadência, o que expressaria no plano composicional uma resistência à derrocada do sistema de patronagem, o qual, diferente das narrativas de *Sagarana*, parece não se encaixar mais na sociedade brasileira que adentra à modernidade, ainda que ligeiramente. Por último, o conto de *Tutameia*, menos hermético em relação ao todo, apresenta o patriarcado visto de dentro, isto é, sob a perspectiva interna à casa, logo, da mulher.

Palavras-chave

João Guimarães Rosa; patriarcado; dialética.

¹ Bacharel e licenciado em Letras e mestrando em Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo sob orientação da profa. Dra. Simone Rossinetti Rufinoni. É bolsista Capes. *E-mail*: lucas.simonette@usp.br

Historicamente, a fortuna crítica sobre Guimarães Rosa se deteve menos em questões de cunho social e mais em metafísica. Essa tendência é oriunda de uma rara entrevista concedida pelo autor, na qual afirmava o caráter transcendental de sua obra, além de inferências iniciais da crítica literária. Ademais, é válido lembrar que, no meio intelectual durante o período nefasto da ditadura militar, o *éthos* histórico fora apagado, ensejando discussões de ordem menos sociológicas. A partir dos anos 90, a crítica começa a se ramificar em outras vertentes, com destaque para a dialética, a sociológica, a estrutural, a genética, a psicanalítica entres outras.²

Em face desse quadro, a pesquisa procura aquilatar o texto de Rosa por meio do método dialético, de modo que a análise se articulará segundo a premissa de que é fundamental “fundir texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra”. Sob esse aspecto, Antonio Candido ainda pontua que: “o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*.”³

Nesse sentido, a pesquisa centrou-se em desvelar um possível retrato de país objetivado na estrutura literária. Isso, em princípio, pode ser visto no conto “Nada e a nossa condição” de *Primeiras Estórias*. Este gira em torno do patriarca Tio Mano’Antônio que resolve, após a morte da esposa, distribuir as terras aos empregados da fazenda. Insolitamente, ele doa as terras, mas mantém a gerência sobre os subalternos. Tudo ajuizado no ponto de vista do narrador, sobrinho do patriarca.

Para decifrar a experiência estética do entroncamento entre estória e história na prosa rosiana, é preciso esclarecer a historicidade que está sedimentada na forma. Em *Primeiras Estórias*, ao se referir à história brasileira, entende-se um contexto sociocultural típico do Brasil, onde a casa-grande tornou-se o símbolo do poder desempenhado pelos senhores de terras. A origem desse arranjo doméstico dotado de imenso poder data dos primórdios da colonização; com poucas alterações, foi predominante até meados do século XX, quando os avanços tecnológicos e urbanos aliados às novas formas políticas superaram o modelo conservador agrário-oligárquico.

² BOLLE, Willi. *Grandesertão.br*, São Paulo, Ed. 34/ Duas Cidades, 2004.

³ CANDIDO, Antonio, “Crítica e Sociologia”, In: *Literatura e Sociedade*, Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2014.

Essas inferências só se sustentam mediante a apreciação do trabalho com a forma, mais especificamente na construção literária da casa, dos personagens e do narrador.

A esse respeito, Paula Pacheco assinala que “o narrador de ‘Nada e a nossa condição’ fixa, propositadamente, a história que vai contar em coordenadas etéreas: o tempo impreciso e prolongado das estórias maravilhosas – ‘ninguém conheceu uma vez um homem (...)’”⁴. Obnubilar a figura do protagonista tem duas funções que convergem numa positividade narrativa. Não se trata de uma história disfórica. A imprecisão ensejada pela enunciação ao mesmo tempo ofusca as contradições do sistema patriarcal e alça a história à categoria lendária: “recontar a vida do tio dará legitimidade realista à lenda e nobreza à família”⁵. Não à toa, o narrador busca no modelo das histórias maravilhosas a roupagem formal que vestirá o relato.

Nesse quadro medieval-lendário dá-se o ato de desapropriação da terra voluntariamente:

De seu, nada conservara, a não ser a antiga, forme e enorme casa, naquela eminência arejada, edifício de prospecto decoroso e espaçoso (...) Nada. Talvez não. Fazia de conta nada ter; fazia-se, a si mesmo, de conta. Aos outros - amasse-os - não os compreendesse. Faziam de conta que eram donos, esses outros, se acostumavam. Não o compreendiam. Não o amavam, seguramente, já que sempre teriam de temer sua oculta pessoa e respeitar seu valimento, ele ia embora então, de toda vez, o caduco maluco estafermo, espantalho? Sábio, sedentariado, queria que progredissem e não se perdessem, vigiava-os, de graça ainda administrava-os, deles gestor, capataz, rendeiro. Serviam-no, ainda e mesmo assim. Mas, decerto, milenar e animalmente, o odiavam.”⁶

A descrição subjetiva do narrador sugere que, apesar da desapropriação, a supremacia mandatária do patriarca é mantida. Isso pode ser corroborado pelo enfoque material à casa-grande e pela perspectiva do sobrinho, o qual relativiza a figura do tio a fim de envolver o leitor na ambiguidade do chefe local, quem abre mão de tudo e nada ao mesmo tempo.

A subjetividade narrativa ganha contornos mais significativos no trecho final: “Serviam-no, ainda e mesmo assim. Mas, decerto, milenar e animalmente, o odiavam.”

⁴ Pacheco *op.cit.*, p. 196..

⁵ *Idem*, p. 201.

⁶ *Primeiras Estórias*, p. 138.

A representação dessa cena é provida de notável aura mítica que o narrador projeta em seu tio, daí o termo “milenar”. Ao justapor ao advérbio “animalmente” entra em jogo o juízo de valor que o narrador atribuiu aos servos do tio. De viés depreciativo, o termo confere aos subordinados característica primitiva, animal, irracional. O narrador, procurando sempre enaltecer a figura do tio, atribuiu a incompreensão dos supostos atos benéficos à irracionalidade dos subalternos, refletindo um ajuizamento de classe preconceituoso; rompendo daí a clássica desfaçatez elitista entranhada no ponto de vista.

A sentença traz ainda mais uma ambiguidade, as quais vão se avolumando no texto, haja vista o comportamento dúbio do patriarca e o esforço do narrador em dar ao objeto narrado carga dignificante. Se os subordinados-beneficiados veem o Tio Mano’ Antônio, segundo o sobrinho, como milenar, logo, em tese, seriam simpáticos ao líder, o que, como dito mais acima não se concretiza. Ou seja, pelo decorrer da história está claro que os funcionários não projetam no patriarca a imagem do líder revolucionário religioso, contudo, o narrador, contrariando o cenário, afirma que os dependentes entendem o tio como milenar. O discurso entra, com isso, em contradição, o que leva à necessidade de desconfiar desse narrador.

Do exposto, ficou sugerida a possibilidade de uma aproximação entre certa dinâmica da narrativa e um movimento de caráter messiânico. Mediado pela instância da narração, a paridade insinua-se de modo sutil, seja por uma estratégia do narrador seja pela natureza insólita do ato do protagonista, o qual empresta à história uma possível versão às avessas do messianismo.

Tal atmosfera só é possível de ser apreendida pelo leitor através da postura do narrador em face do objeto narrado, a saber, o ponto de vista da enunciação confere ao conto a aura milenar. Para além de solapar as contradições do patriarca, o sobrinho orchestra por meio da palavra a elevação da figura do parente. A formalização se expressa, por exemplo, no jogo sintático: “Ele – que como que Destinado se convertera – Man’ Antonio, meu Tio”. Na passagem derradeira, em que fora consumada (ao menos para o sobrinho) a santificação do patriarca, tornando-se o Destinado, isto é, aquele que fora, segundo a lógica interna da história, escolhido por Deus, o narrador desloca o adjunto adnominal para o fim da sentença, separado por vírgula, “meu Tio”, passando,

então, a desempenhar a função de aposto, explicando que o escolhido é Man'Antonio, tio do narrador.

Na medida em que a camada subalterna ajuíza seu líder como amalucado, não há adesão a ele. Daí se descortina o avesso: é da classe senhorial que parte a reforma e não dos explorados. E mais, é o ponto de vista da elite quem conta a história e a promove (no sentido de divulgar) a mudança social. Vê-se, com isso, o índice de classe administrando a narração e a narrativa, já que os pobres não detêm a palavra, não participam ativamente da instauração da nova ordem, não se beneficiam dela, não compreendem o vulgo e limitam-se, segundo o narrador, ao comportamento oscilante entre crer e não crer no líder carismático. A saber, são relegados ora à ignorância, ora à mera crença, que no contexto também é uma forma de alienação. Essa marginalização dos já desprezados no processo de reformulação da ordem local desnuda a marcha em curso, a qual não mira uma real “mor justiça”. Esta fica antes por conta do narrador.

Diametralmente oposta à força dos pobres de Canudos, os miseráveis de Rosa mal compreendem o que está sendo operado. Estão assim à revelia do jogo que, em princípio, lhes interessariam. Rosa se vale do avesso, pois é pelo lado que explora de onde vem a tentativa de reestruturar o regime local, o que explica a conduta mais inclinada à reforma que à revolução. Vale lembrar que o tio é concebido como um sujeito extremamente racional, ele percebe que o capital está se deslocando para a cidade. Isso junto ao fato da gerência pós-renúncia, demonstra que a perspicácia nunca fora comprometida. Há preocupação com a rentabilidade dos donos do poder, isto é, ele e seus pares, doravante moradores da cidade. Daí que, se as condições sociais são adequadas a instauração de um movimento messiânico, ele se faz na verdade na voz do narrador. Tudo aderindo ao poder, por isso avesso ao paraíso na terra, já que o poder conserva o status da ralé. O avesso ainda esconde o fim de uma era, ou melhor confere um final dignificante à era de um modelo de patriarcado. Eis que a revitalização do messianismo feita por Rosa – operada no avesso – ajuda a compreender o Brasil, na medida em que o autor tece o narrador parcial e empenhado em esfumçar a derrocada da família, que, por sua vez, traduz um novo *modus operandi* nacional.

Referências Bibliográficas

BOLLE, Willi. *Grandesertão.br*. São Paulo: Ed. 34/ Duas Cidades, 2004.

CANDIDO, Antonio, “Crítica e Sociologia”. In: *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

PACHECO, Ana Paula. *Lugar do Mito: Narrativa e processo social nas Primeiras Estórias* de Guimarães Rosa. São Paulo: Nankin, 2006.